

Dificuldade para dar reajuste

LILIAN TAHAN

DA EQUIPE DO CORREIO

Como num filme dividido em dois capítulos, um bilhete escrito à mão pelo governador José Roberto Arruda (DEM), em março de 2007, teve agora a parte II. No primeiro manuscrito, ilustrado com o esboço de um boneco sorridente, o chefe do Executivo registrava a boa repercussão causada pelo aumento dos salários dos professores e comemorava a reação entusiasmada da categoria. A carta foi endereçada ao secretário de Planejamento, Ricardo Penna, um crítico do plano de cargos e salários dos docentes, que vincula o reajuste dos contracheques ao crescimento do Fundo Constitucional pago pela União.

Enviada recentemente para o mesmo destinatário, a segunda versão do bilhete de Arruda tem conteúdo menos chistoso. Diz apenas: "Penna tinha razão." As duas cartas foram enquadradas e estão penduradas na baia onde despacha o secretário de Planejamento, no Buritinga. Elas resumem o que se tornou um dos maiores desafios do governo, o de conciliar as constantes batalhas dos professores por melhores salários com a capacidade financeira do GDF em atender as reivindicações da classe.

Nos últimos dois anos, os professores tiveram melhoria real nos contracheques de 22%, índice que sobe para 34% quando consideradas as reposições da inflação. Significa dizer que um docente com salário de R\$ 3,5 mil em 2007 (a média da categoria na época), recebe atualmente R\$ 4,7 mil. O incremento teve um impacto milionário na folha de pagamento do GDF. Isso porque os repasses da União reservados para o pagamento de salários na educação, saúde e segurança não são suficientes para quitar as despesas com pessoal, o que obriga o tesouro local a completar esse orçamento.

Transbordo

A cada ano que passa, a diferença entre o dinheiro enviado pela União e o custo da folha de educação se torna maior. Para se ter uma idéia, em 2003 o chamado transbordo (o que o GDF desembolsa para complementar a folha do funcionalismo) na educação era de R\$ 513 milhões, o que representava menos de um terço do total de recursos destinados ao pagamento de salários dos professores. Cinco anos depois, houve um aumento significativo dessa obrigação financeira. Os incrementos de salários no mesmo período — que chegaram a 90% das remunerações — projetaram para cima a dependência do tesouro local para completar a verba para pagar os docentes. Em 2008, o governo usou R\$ 1,7 bilhão para

essa finalidade. O valor equivale a 55% do total de dinheiro dos contracheques de servidores da categoria (veja quadro).

E a tendência é que o comprometimento do governo com os salários dos professores se torne ainda maior, mesmo sem considerar sequer um real de aumento para a categoria. A previsão leva em conta a repercussão local para as intempéries financeiras provocadas pela crise econômica mundial. Como o fundo constitucional varia de acordo com a arrecadação do governo federal — chamada tecnicamente de Receita Corrente Líquida (RCL) —, se o desempenho econômico da União arrefecer, o Distrito Federal sofrerá perdas também.

Um estudo de cenários realizado pela equipe econômica do GDF mostrou, com base no comportamento da RCL dos últimos sete meses, que, no panorama mais otimista possível, o crescimento do Fundo Constitucional será de 3,6%. O índice é menos da metade do que o registrado em 2007, quan-

do o percentual foi de 8,9%, o menor já observado desde a criação do fundo em 2002. "O governo não tem fôlego financeiro para se comprometer com os progressivos aumentos reivindicados pelos professores. É um consenso que os docentes merecem ganhar bem, mas não podemos esquecer que a média dos salários pagos no DF para essa categoria é a maior do Brasil", afirma Ricardo Penna.

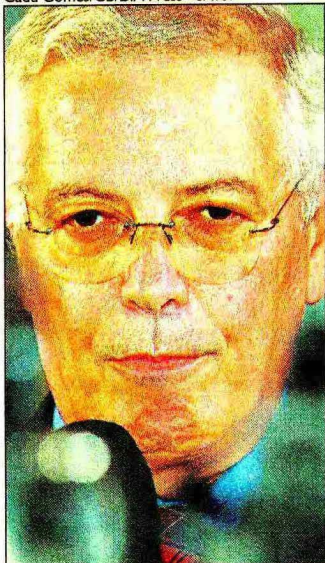
Peleja

Em 2009 a peleja dos professores é para que o governo autorize aumento nas mesmas proporções do que evoluiu o fundo constitucional no ano passado: 18,9% — o melhor desempenho do índice em sete anos, resultado da boa performance da arrecadação do governo federal entre 2007 e 2008.

O impasse, no entanto, está longe do fim. A categoria ameaça fazer greve, caso o governo não conceda os quase 19% de aumento pedido. "Não é justo dizer que a crise afetará a arrecadação de 2009, já que o índice relativo ao pagamento deste ano foi calculado com base em um desempenho anterior ao da crise. Também não existe inconstitucionalidade na vinculação com o fundo, já que ela tem prazo para terminar, em 2010, e portanto não haverá uma indexação para sempre", alega José Antônio Gomes Coelho, da comissão de negociação do Sindicato dos Professores (Sinpro-DF).

Por equanto, existe a previsão de 5% de reajuste para o funcionalismo público. Essa é a média de aumento inscrita no orçamento do GDF aprovado para 2009. Pelo cenário de crise que se desenha, a evolução dos contracheques dos professores deverá acompanhar patamares mais modestos do que os reclamados pela categoria.

Cadu Gomes/CB/DA Press - 8/1/07



PENNA: "É UM CONSENSO QUE OS DOCENTES MERECEM GANHAR BEM"